



I JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE LINGUAGEM E RACISMO

06, 07 e 08 de dezembro de 2022
Carta de Ilhéus

I INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON LANGUAGE STUDIES
AND RACISM
December 06th-08th, 2022

A I Jornada Internacional de Estudos de Linguagem e Racismo, realizada entre os dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2022 em Ilhéus-BA, discutiu politicamente os mais diversos temas que têm circulado na grande área de estudos de linguagem no Brasil e que tocam direta e indiretamente a expressão máxima do racismo no país. Esta carta, compilada, não como resultado finalístico desse encontro, mas como uma divulgação de uma série de agendas obtidas a partir dele, se propõe como uma minuta que compreende seus esforços.

O Brasil passa por uma das maiores crises institucionais de sua história. O bolsonarismo se tornou uma força que surgiu das urnas, com suposta face democrática, mas foi amplamente incentivado pelo golpismo contra a ex-presidenta Dilma e a prisão injusta e ilegal do ex-presidente Lula. Todos esses fatores incentivaram e foram incentivados por um racismo histórico que, no Brasil, tem fundamentos linguísticos.

Somos um país continental, cujos matizes históricos e raciais têm contribuído para manter o negro como tema ou discurso intelectual poucas vezes conectado com o corpo-política das vidas negras que ainda existem na sociedade brasileira e que, durante séculos, se organizaram em aquilombamentos, guerrilhas, sociedades secretas, irmandades, greves, movimentos pró-independências e religiões de matriz africana. Todos esses movimentos foram cruciais para consolidar uma resistência linguística multifacetada, através de formas de transmissão linguística, em que a corpo-política é, além das normas e pressupostos de língua como apenas um conjunto de normas linguísticas, ancestralidade africana na oralidade, no corpo e na política linguística exercida pelo próprio negro ao resistir.

No Brasil, porém, há diversos entraves para o negro nas políticas de linguagem. Atualmente, as políticas de cotas implantadas nas universidades não foram acompanhadas de políticas linguísticas correspondentes. Quando falamos de políticas linguísticas racistas, alguns pontos são fundamentais:

- Programas como o Idioma sem Fronteiras ou Future-se simbolizaram visões de língua que não incluem as pessoas negras como seus sujeitos-alvo;

- Programas de letramentos das universidades ainda focam nas competências básicas, ignorando formas de letramentos de base dos próprios estudantes;

- As línguas escolhidas para a transmissão linguística e devida escolarização partem de um monolinguismo do colonizador e não do multilinguismo ancestral dos povos que foram escravizados e dizimados. Em nossas escolas ainda estudamos português, inglês ou espanhol, línguas maternas europeias, como línguas estrangeiras monolíngues e não como línguas nativizadas, africanizadas ou apropriadas por povos tradicionais indígenas. As línguas africanas, que formaram marcadamente o pretuguês, a grande tecnologia do povo negro-africano e seus descendentes ao falar português, são cruelmente invisibilizadas, inclusive em universidades. Línguas como o inglês permanecem ensinadas para um público-alvo branco ou branqueado, em que as pessoas negras permanecem lidas como sem-língua ou incapazes de serem vistas como sujeitos falantes-

ouvintes capazes. A língua espanhola, sempre balizada por uma visão eurocêntrica, permanece silenciada no Brasil por uma política linguística contrária ao fortalecimento regional na América Latina. A língua portuguesa, por sua vez, permanece ensinada sob o crivo da ideia de que o português europeu prevaleceu, apagando-se, com isso, um ensino mais conectado ao próprio português dos estudantes. O que chamamos de pretuguês é, além da ideia de um conjunto de normas que, em geral, dão origem ao que se denomina como língua, um conjunto de falares baseados em línguas africanas como as línguas Bantu, as línguas do oeste africano e as tecnologias de fala de escravizados que foram, por séculos, trazidos à força para o Brasil.

- Os programas de pós-graduação na área de estudos de linguagem permanecem como óbices ao ingresso de negros e negras. Além da ausência de políticas de ingresso por meio de reserva de vagas em programas de ações afirmativas, as provas de proficiência em línguas estrangeiras servem diretamente como impedimento de ingresso de pessoas negras em um país desigualmente racista. Enquanto perdura a ausência de políticas linguísticas de inclusão de pretos e pardos, as provas de proficiência refletem um passado escravocrata, quando instrumentos jurídicos e/ou políticos passaram a ser usados para impedir o acesso de pessoas negras nos espaços institucionais.

- Os pesquisadores de produtividade do CNPq da área de estudos linguísticos, os pesquisadores premiados são ainda, em sua maioria, pessoas brancas; As editoras comerciais na área de Letras/Linguística não têm incentivado programas de ações afirmativas para a publicação de obras de autores negros (pretos e pardos) brasileiros. Isso não inclui, é claro, casos ocasionais ou esporádicos;

- As associações de pesquisadores, em especial a Associação Brasileira de Linguística, necessitam urgentemente se posicionar mais claramente sobre suas visões raciais para além das redes. Mais do que isso. Cabem a essas associações, a exemplo das políticas públicas dos últimos 16 anos, formas de ações afirmativas para inclusão de pessoas negras nos espaços de poder e decisão das associações. Estratégias políticas como a Rede de Pesquisadores Negres dos Estudos da Linguagem surgiram como resposta a um

silenciamento histórico sofrido pela população negra pelas associações, em especial na composição de seus eventos técnico-científicos, dossiês, cursos de verão, entre outros.

Há uma ausência profunda de reconhecimento do multilinguismo entre os brasileiros. Em um Estado multilíngue por natureza, pela presença marcante, mas abafada, de milhares de línguas indígenas que passaram pouco a pouco a serem vítimas de linguicídio, tivemos também línguas africanas, entre elas as línguas Bantu. No entanto, essa diversidade não tem gerado no Estado brasileiro e na educação escolar formas de reconhecimento de aprendizado de práticas linguísticas multilíngues;

- A educação linguística permanece com fortes elementos de racialização quando o privado prevalece um discurso totalitário sobre o público, como decorrência de décadas de ditadura militar e precariedade nos setores educacionais, em que a expansão da educação privada tomou o lugar dos investimentos públicos, fazendo com que a maioria das pessoas que podem pagar um curso livre de línguas seja uma pessoa branca.

A área de Linguística e Literatura da Capes precisa promover políticas diretas interessadas às populações negras e indígenas, evitando visões meritocráticas que, historicamente, servem para fortalecer as visões racistas que excluem pessoas negras do ingresso na pós-graduação, em programas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

Esta Carta aberta parte de pesquisadores, em sua maioria negros e negras, com visões heterogêneas e de tradições teóricas distintas, não se propõe um manifesto, o que, em geral, poderia formar uma corrente. Desejamos e somos de correntes distintas, o que prova que as pessoas negras não formam um bloco unitário e homogêneo e partem de posições marcadas pela ausência que o racismo cria na sociedade brasileira.

Todas as premissas constituintes desta carta, por sua vez, não inauguram uma agenda, mas apresentam demandas elencadas diariamente pelas pessoas negras que, na maioria das vezes, não são ouvidas.

Caminhos diversos nos estudos da linguagem, desde o normativismo e o descritivismo, o uso etnográfico de pessoas negras sem as identificar como sujeitos, a

apreciação exacerbada de cursos livres privados de idioma como único local de aprendizado de segunda língua, o estabelecimento de projetos linguísticos que buscam normatizar ou exotizar a fala popular seguem como perigos diretos nos estudos da linguagem. Devemos, assim, enxergar a língua como uma criação racista, mas também um modo pelo qual recriamos as lutas contra o racismo todos os dias.

Para nós não nos interessa apenas falar. Em uma sociedade onde a pauta predominante é vendida de maneira mercadológica, nos interessa falar e prevalecer, falar e perpetuar. Nossas agências de letramento, que surgem de nossos corpos-políticas, pressupõem que não basta aos nossos corpos os espaços de representação que, ao se representarem, são esvaziados pela supremacia branca na ciência linguística. Por outro lado, é preciso que a representação se torne uma agenda política liderada pelos atores que querem se dizer antirracistas neste momento crucial de nossa histórica.

Mais do que nunca, é momento de se posicionar. Mais do que se posicionar, é preciso agir. Aqueles e aquelas que não se posicionam, ou se escondem atrás de seus objetos de estudo, pagarão caro na história pela ausência de seu posicionamento. Aqueles e aquelas que desejarem continuar motivando mudanças contra os tentáculos do racismo deverão, para fins de quebrar os vínculos de continuidade racista, posicionar seus discursos e seus corpos contra uma linguística colonial e perpetuadora do racismo.

Esta carta, longe de perseguir seu final, é um chamado à continuidade. Em diversos lugares do mundo, quando a pauta da diversidade racial gira em torno de uma agenda discursiva em que corpo e discurso andam separados, o antirracismo tem servido a uma gama de reformas liberais ou mercadológicas. É preciso que nossas lutas políticas girem em torno do reconhecimento pleno do lócus de enunciação negro e a pressuposição de que as pessoas negras, mais do que sujeitos de linguagem, são também capazes de serem analistas de linguagem. Com esta carta queremos pressupor que os estudos linguísticos busquem seus compromissos com a cara, a cor, o gênero, a sexualidade, a cultura, as línguas e as políticas do corpo do nosso povo do Brasil profundo, que são muitas e são e serão dificilmente normatizadas ou enquadradas na fotografia da nossa pesquisa científica,

porém são os lugares de onde deve surgir o nosso guia constante. Com isso, não queremos uma solução, mas caminhos e possibilidades para sempre estarmos no caminho do incômodo ao saber acadêmico disciplinar e em busca de fontes políticas da resistência popular afro-indígena.

Assinam (por ordem de chegada)

Gabriel Nascimento (UFSB)

Christopher Stroud (University of the Western Cape- África do Sul)

Lynn Mário Trindade de Menezes e Souza (USP)

Tânia Ferreira Rezende (UFG)

Joel Windle (University of South Australia)

Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)

Maria D' Ajuda Alomba Ribeiro (UESC)

Jefferson Campos (Unir)

Mariana Santos (IFBA)

Luciana Beatriz Ávila (UFSB)

Terezinha Oliveira Santos (UFOB)

Maurício Neto (UFBA)

Mônica da Silva Francisco (SENAI-RJ)

Kelly Barros (UFRB)

Henrique Freitas (UFBA)

Suellen Thomaz de Aquino Martins (UFSB)

Rogério Modesto (UESC)

Verônica de Souza Santos (IFBA).

Fábio Barbosa de Lima (FATEC-SP)

Fábio Sampaio de Almeida (CEFET-RJ)

Tatianne Gomes de Sousa (Centro Universitário do Distrito Federal – UDF)

Pedro Henrique Ribeiro Santos Messias (UESC)
Marco Antonio Lima do Bonfim (UFPE)
Gabriela Silva Santos (UESC)
Maria Elia dos Santos Teixeira de Carvalho (IFBAIANO)
Davidson Martins Viana Alves (SEEDUC-RJ)
Kelly Barros Santos (UFRB)
Rafahel Parintins (UFRN)
Eduardo Yamina Agostinho (UNILAB)
Pedro Henrique Dantas da Cruz Kelly (UFF)
Sávio Oliveira da Silva Santos (UESC)
Rodrigo Borba (UFRJ)
Maria Clara Oliveira Bertúlio (UFMR)
Naiara Santos Felipe Costa (UFBA)
Paula Graciano Pereira (IFG)
Neide Elias (UNIFESP)